



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DO DIA
Identificação: OPINIÃO 3
Data: 09/11/2012

Se nada mais der certo

Agora a coisa ficou feia. A promotora da Saúde do Ministério Público Estadual decidiu mover uma ação civil pública solicitando ao Poder Judiciário que o Estado reassuma a gestão do Hospital de Urgência de Sergipe (Huse) e da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (MNSL). Caso o Tribunal de Justiça aceite a solicitação do órgão, o processo de transferência de gestão das duas unidades da Fundação Hospitalar de Saúde para a Secretaria de Estado da Saúde (SES) deve ocorrer em um prazo máximo de 30 dias.

Se tudo der certo, o Estado deve reassumir todo o gerenciamento dos principais hospitais públicos, o Huse e a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, que é especializada em partos de alto risco. Inclusive, mantendo o poder de compra para abastecer os hospitais e realizando intervenção fiscalizatória na FHS com uma supervisão necessária e apresentação de relatório técnico em 60 dias.

A criação das fundações estatais de direito privado nunca foi ponto pacífico.

A criação das fundações estatais de direito privado nunca foi ponto pacífico.

Para os movimentos sociais, a iniciativa fere a Constituição federal, uma vez que transfere a responsabilidade sobre a gestão de bens públicos

Para os movimentos sociais, a iniciativa fere a Constituição federal, uma vez que transfere a responsabilidade sobre a gestão de bens públicos. Nesse contexto, a falência administrativa alegada pelos sindicatos da área - segundo os quais as unidades de saúde enfrentam restrições de material básico, a exemplo

de luvas, seringas e gases - até que faria algum sentido.

Em último caso, enquanto os princípios da universalidade, equidade, integralidade e controle social que compõem o SUS não são colocados em prática, resta-nos lembrar à população

e os entes públicos de que, em função da regionalização e da hierarquização dos serviços de saúde, os serviços da Fundação também estão sujeitos ao controle popular, exercido pelo Conselho Estadual de Saúde (CES). Por isso a intervenção do MPE é tão oportuna. Afinal de contas, se respondesse de maneira adequada às pretensões gerenciais que justificam a sua criação, a FHS não estaria na berlinda.